

Trajatória das relações de trabalho entre avicultores integrados e frigoríficos no sul do Brasil (1970-2016)¹

Trajectory of work relations between integrated poultry farmers and meatpacking plants in the south of Brazil (1970-2016)

Trayectoria de las relaciones de trabajo entre avicultores integrados y frigoríficos en el sur del Brasil (1970-2016)

Gilvani Mazzucco Jung²
João Henrique Zanelatto²

Recebido em 13/10/2018; revisado e aprovado em 06/05/2019; aceito em 06/05/2019
DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v21i2.2184>

Resumo: Este texto problematiza as relações sociais e de trabalho entre avicultores integrados e frigoríficos na mesorregião do sul de Santa Catarina, Brasil. A pesquisa em história trabalha com referências bibliográficas, documentos oficiais e entrevistas realizadas a partir da metodologia da história oral. Desse modo, aborda a experiência dos avicultores integrados vinculados aos frigoríficos, observando no tempo recente o movimento organizado dos avicultores e sua luta na relação de trabalho subordinado.

Palavras-chave: integração avícola; experiência; movimento organizado de produtores integrados.

Abstract: This text problematizes the social and work relations between integrated poultry farmers and meatpacking plants in the mesoregion of southern Santa Catarina, Brazil. The research in history works with bibliographical references, official documents, and interviews realized from the methodology of oral history. In this way, it addresses the experience of integrated poultry farmers linked to the meatpacking plants, observing in recent times the organized movement of poultry farmers and their struggle in the subordinate labor relationship.

Keywords: poultry integration; experience; organized movement of integrated producers.

Resumen: Este texto problematiza las relaciones sociales y laborales entre granjeros avícolas integrados y frigoríficos en la mesorregión del sur de Santa Catarina, Brasil. La investigación en historia trabaja con referencias bibliográficas, documentos oficiales y entrevistas realizadas desde la metodología de la historia oral. De esta manera, aborda la experiencia de los avicultores integrados vinculados a los frigoríficos, observando en los últimos tiempos el movimiento organizado de los avicultores y su lucha en la relación laboral subordinada.

Palabras clave: integración avícola; experiencia; movimiento organizado de productores integrados.

1 INTRODUÇÃO

Na transição da agricultura de subsistência para a agricultura moderna, a datar da década de 1960, decorre um aprofundamento da questão agrária no Brasil, cujos processos técnicos e econômicos alteraram profundamente as relações sociais de produção. Surgem, então, questões como a formação dos complexos agroindustriais, a amplificação das desigualdades regionais e a decomposição do tecido rural por intermédio do movimento do capital aplicado no setor agrícola (GRAZIANO DA SILVA, 1982; 2003). Desse modo, o modelo de desenvolvimento rural excludente e concentrador efetivado na segunda metade do século XX se torna ainda mais excludente quando problematizamos a década de 1990 (DELGADO, 2005). Por isso a questão agrária no Brasil não é residual, sendo o jogo de forças sociais o que modela o padrão de acumulação de capital no

¹ O artigo em tela constitui-se de pesquisas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico na Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), com financiamento pela Capes.

² Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



País. Grosso modo, o problema estrutural de acesso a terra para o trabalhador rural é atenuado pela concorrência por meio de produção e de ferramentas melhoradas de trabalho.

Nessa linha, a primeira modernização conservadora na década de 1960, pensada para médios e grandes produtores, acaba levando na corrente “pequenos produtores” nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. A partir da década de 1990, trata-se do aprofundamento dos problemas socioeconômicos para a população rural, além dos problemas socioambientais (SCHMIDT, 2003). É sabido das implicações do desenvolvimento dos complexos agroindustriais no sul do Brasil na produção de fumo, de suínos e aves, de frutas etc. Em outros termos, o movimento do capital aplicado no setor agrícola rearticula a divisão social do trabalho, exercendo modificações na estrutura agrária por intermédio do poder enraizado no Estado, ou seja, torna-se um setor produtivo e, como tal, exerce uma hegemonia econômica, social e política. Por outro lado, há o problema de caracterizar esses “agricultores” estimulados pelos complexos agroindustriais, pois ora aparecem como proletariados dos frigoríficos, ora como uma burguesia rural diferenciada.

Assim, a integração avícola significa transferência de parte do processo produtivo dos frigoríficos, como pintos de um dia, rações e medicamentos para o integrado, que disponibiliza trabalho e investimento. Já a relação produtiva pode ser observada sob dois aspectos complementares, que se diferem da relação de compra e venda. No primeiro, os frigoríficos se apropriam das características da organização do trabalho nas propriedades rurais, cuja subordinação é ampliada pela dependência essencialmente econômica dos produtores perante os frigoríficos. Além do controle do ritmo do trabalho, o centro de decisão pertence à integradora, e o produtor não tem nenhum controle sobre o processo produtivo (MIOR, 1992). Outrossim, o vínculo orgânico encobre a subordinação porque o produtor aparece como “parceiro” dos frigoríficos, alimentando significados culturais de ser o empregador de si mesmo, “empreendedor rural” etc.

Essa relação social, no seu desenvolvimento histórico, expressa a flexibilização das relações sociais de trabalho. No entanto a subsunção do trabalho ocorre por vários mecanismos, como o rebaixamento dos valores pagos e o controle da força de trabalho por meio das exigências administradas do frigorífico. Do mesmo modo, a integração agroindustrial possibilita a absorção da capacidade de financiamento das propriedades rurais inseridas nos nexos da sociabilidade capitalista. De fato, essa configuração permitiu alavancar grupos econômicos no setor agrícola, enquanto externalizava custos sociais do trabalho e mantinha a terra aprisionada ao capital (MAMIGONIAN, 1986). O segundo aspecto implica abordar a situação concreta na qual se desenvolve a integração agroindustrial. Há proprietários que trabalham nas granjas com os demais membros da família e que podem contratar o trabalho regularmente ou nos períodos de maior demanda nas granjas. O “empresário” rural proprietário da granja subcontrata trabalhadores rurais sob a denominação de caseiro ou granjeiro, empregando geralmente um casal. Conforme a base social de produtores integrados, diferenciada socialmente, a própria relação capital e trabalho aparece como uma relação entre iguais, fato que implica o reconhecimento da estrutura de poder controlada pela integradora.

Na observação a respeito da forma jurídica, até o ano de 1996, a integração de suínos e aves era regulada por uma cláusula específica do Estatuto da Terra (Lei n. 4.504/1964) (BRASIL, 1964). Em 2016, após tramitar por 20 anos, surge um mecanismo legal para a regulamentação da atividade produtiva, a Lei n. 13.288/2016 (BRASIL, 2016). Além da onerosidade excessiva

assumida pelos produtores, entidades de produtores integrados têm denunciado arbitrariedades praticadas pelas integradoras e até mesmo a quebra de contratos. Com o desdobramento da aplicação da lei, é conhecida a dificuldade de produtores integrados de fazer valer os mecanismos previstos na Lei n. 13.288/2016. Em outros termos, apenas as associações e os sindicatos de produtores fortalecidos têm condições de ocupar o espaço assegurado pela lei da integração para dialogar com a integradora.

Nesse sentido, torna-se possível distinguir vários movimentos organizados pelo País de produtores integrados, os quais expressam a pluralidade de situações: empresários capitalistas organizados em associações e na estrutura sindical rural patronal; agricultores e agricultores familiares próximos à estrutura sindical dos trabalhadores rurais; outras entidades e associações formadas por um amplo estrato de agricultores e não agricultores. A partir dessas considerações, abordamos a trajetória da avicultura integrada no sul catarinense.

2 OS FRIGORÍFICOS E PRODUTORES INTEGRADOS DE AVES NO SUL CATARINENSE (1970-2010)

Nos municípios do sul catarinense, a instalação de granjas de aves, na década de 1970, acompanhou incentivos do Estado para desenvolver a atividade por meio de crédito rural subsidiado. Naquela época, o suporte era canalizado pela Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC). Por isso surgiram criadores independentes e pequenos frigoríficos nas imediações das casas, que abatiam animais próprios ou de outros produtores (PAULILO, 1987; 1990). Em outra variação de organização da produção, conhecida pela figura do intermediário, o pequeno frigorífico fornecia pintos de um dia e ração, enquanto a assistência técnica era fornecida pela indústria de rações. A consolidação do Serviço de Inspeção Federal (SIF) retirou esses pequenos frigoríficos da atividade, e sucessivas crises favoreceram o desenvolvimento da avicultura integrada em Santa Catarina. Em outras palavras, a partir daí, a produção de aves ficou restrita à forma da integração agroindustrial, ainda com maior tendência para a monopolização do setor em médios e grandes grupos econômicos.

Nesse sentido, a principal diferença entre o intermediário e a integração desenvolvida pelo projeto da AgroEliane, no ano de 1977, foi a padronização de instalações e assistência técnica privada. A AgroEliane foi construída no município de Forquilha, no início de 1970, com base nas instalações do Frigorífico Sul Catarinense (FRISULCA). A cooperativa, formada por mais de 1.500 associados, tinha expectativa de atuar no abate e na comercialização de derivados de suíno e bovino no início da década de 1960. No entanto o FRISULCA teve problemas com recursos monetários para sustentar suas operações, sendo adquirido pelo grupo Gaidzinski, que até então atuava no setor cerâmico. Durante a década de 1970, capitais urbanos receberam incentivos fiscais para atuar no setor agrícola, por conseguinte, a AgroEline se lançou no mercado de suínos e deu início ao ambicioso projeto de abate de frangos no ano de 1977 (DALLA COSTA, 1993).

Conseqüentemente, a integração agroindustrial adicionou mais um elemento na complexidade da estrutura socioeconômica regional. Exemplo: a AgroEliane projetava abater 100% dos suínos por meio de produção própria, mas ocorreram mudanças de estratégia pela observação de que a mão de obra familiar era considerada mais produtiva que o trabalho assalariado. Diante disso, os produtores rurais passaram por um mecanismo de seleção, que absorveu poucos agricultores de uma região com uma indústria de derivados de suínos importante na primeira década do século XX. Na avicultura integrada, a concentração da produção em

estratos diferenciados de produtores não foi tão significativa como entre os suinocultores. A construção de granjas de aves era condicionada pela capacidade de investir nas estruturas e nos equipamentos, pois as propriedades avícolas não tinham meios de produzir o milho usado na composição das rações, sendo o cereal importado de outras regiões do País.

A mesorregião do sul catarinense apresenta a menor concentração fundiária de Santa Catarina (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017). Desse modo, na atividade agropecuária, destaca-se a produção de arroz irrigado, suínos, aves, fumo de estufa etc. A partir de 1980, Santa Catarina se tornou o maior produtor de aves do País, ocupando hoje a segunda posição. Em 2014, foi o maior produtor de suínos no Brasil, cuja produção integrada representou 40%, enquanto na avicultura a integração chegou a mais de 95% do total de animais alojados (CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA, 2015). Assim, o sul catarinense respondeu na produção agropecuária de Santa Catarina, em 1995, com 12% de suínos, 9% de galináceos, 54% de arroz, 30% de fumo. Segundo números absolutos, desde 1980, o efetivo de aves aumentou constantemente até atingir 20% da produção catarinense no ano de 2015. De fato, ocorreram mudanças, como a redução da produção de fumo e o aumento da participação no efetivo de suínos, embora deslocado para outros municípios. Assim, a agricultura ainda cumpria a função de empregar trabalho e movimentar a economia na mesorregião do sul catarinense.

Nessa linha, a construção de granjas de suínos e aves mobilizou a expectativa de modernizar a propriedade rural, para qual o trabalho se tornou compatível com os investimentos, tanto para agricultores como para não agricultores. É sabido que produtores entraram na avicultura porque a atividade se apresentava adequada a pequenas propriedades, mas também devido ao processo de transformação da composição interna das famílias rurais. Em outras palavras, a avicultura integrada significava uma possibilidade de renda, considerando a disponibilidade de trabalho nas unidades de produção e o convívio. Assim, a organização do trabalho nas propriedades rurais explica a alocação de recursos nessa atividade produtiva altamente tecnificada. Se o número de vagas aos interessados na criação de aves permaneceu estável na década de 1980, ele foi ampliado com a construção das unidades da Agrovêneta – em Nova Veneza, no ano de 1995 – e da Tramonto – em Morro Grande, no ano de 2006. Portanto a questão do suporte institucional público e do crédito rural apresenta diferenças entre esses períodos.

Nas décadas de 1980 e 1990, o crédito rural praticamente desapareceu para os agricultores de Santa Catarina. Apenas com a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), de 1996, surgiu crédito para investimento agrícola, porém disciplinado para construção de granjas de suínos e aves, cujas integradoras tinham o controle das vagas. O recurso era obtido pelo trâmite do projeto desenvolvido nas empresas públicas, como a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI). As prefeituras dos municípios abriram estradas para caminhões, fornecendo serviço de terraplanagem gratuito aos agricultores. Na impossibilidade de financiar a construção da granja, os interessados venderam algum patrimônio, entre eles pedaços de terra. E, como a tecnologia era mais simples, galpões foram construídos pelas famílias rurais, que muitas vezes contratavam o trabalho específico para fazer o serviço de carpintaria.

A madeira usada na construção geralmente derivava da propriedade rural, restando apenas o gasto com outros materiais e equipamentos. O aviário empregava sistemas simples de refrigeração e aquecimento necessários para manter a temperatura dos animais.

No início era só [...] aquecido com essas campanas que eles diziam infravermelho a gás. Era com gás. Mas tu aquecia muito mal. Tu aquecia na base de oito dias e tu largava. Porque se tu fosse aquecer o lote, vinte e cinco dias, que nem tu aquece com lenha, com fornalha, tu quebrava no gás. Ai tu aquecia oito dias e deu. Hoje não, hoje se a temperatura não tiver ideal, tu aquece. No inverno aquece até vinte e cinco dias. E isso que eles querem, exigem, até trinta dias³. (Entrevista 2, HOMEM, 2017).

No processo, é interessante destacar a economia agrícola responsável por comprar os sucessivos pacotes tecnológicos. Em outras palavras, não é uma formação social que comercializa apenas o excedente, pois necessita gerar valor monetário para repor o processo produtivo. Assim, com o processo de especialização produtiva, os avicultores integrados foram progressivamente abandonando suas atividades nas propriedades rurais em favor do tempo dedicado exclusivamente às granjas. Ainda assim, atividades agrícolas resistiram como forma de diminuir o efeito das crises no mercado de frangos. Desse modo, à mercê das normas do mercado avícola e dos frigoríficos, os produtores de alimentos passaram a comprar esses produtos no mercado à medida que os animais de pena foram sendo proibidos nas propriedades, ou seja, durante os últimos 20 anos. Além da adequação normativa das propriedades rurais, os frigoríficos contaram com o trabalho não remunerado e particularidades da organização sociocultural nas propriedades derivadas do processo de colonização. Exemplo disso foi o carregamento dos animais, na década de 1990, que acontecia pelo fato de os integrados organizarem grupos de avicultores ou mesmo ficarem responsáveis por formar uma pequena equipe entre os vizinhos.

Assim, os frigoríficos começaram a contratar equipes terceirizadas e a cobrar o serviço dos avicultores. De fato, várias relações sociais estabelecidas na comunidade imediata entre grupos de indivíduos dentro do mesmo vínculo de parentesco deram suporte à atividade agroindustrial no transcorrer dos ciclos produtivos. O tempo de trabalho ampliado pelo sobreaviso, a desproteção social do trabalho e mesmo o custo de produção, sem calcular o próprio trabalho, estão na base dessa forma de organizar a produção. Também a explicação da exploração controlada pela integradora se justifica pela subsunção do trabalho exercido pelo homem, pela mulher, pelos filhos, pelos parentes etc. Mas sempre foi desse modo? Por intermédio da literatura disponível, fica evidente que muitas vezes o saldo recebido pelo serviço prestado à integradora era negativo ou módico, considerando-se o trabalho e os investimentos em virtude dos encargos dos produtores integrados. Desse modo, a explicação para trabalhar com a atividade se sustentava em vantagens secundárias, como seis remunerações por ano em contraste com apenas uma fonte de renda anual (WILKINSON, 1994).

Nesse sentido, a integração agroindustrial é conhecida como subcontratação do fornecimento de matéria-prima, cujo contrato pactuado define as obrigações, os procedimentos técnicos e a remuneração. No entanto os integrados, na maioria das vezes, não possuem meios de redigir o texto, sendo comum, então, o acordo firmado na palavra (DALLA COSTA, 1993). Os contratos a que tivemos acesso contêm cláusulas redigidas pela integradora, sem acordo coletivo, o que indica seu poder de fazer valer seus interesses. Quanto à remuneração, esta foi definida pela taxa de conversão alimentar dos animais, ou seja, pela relação entre ganho de peso e consumo de ração. A partir disso, foram acrescentadas bonificações pelas instalações e pelo trabalho realizado para vigiar os animais. Como a integradora controlava os mecanismos,

³ As entrevistas foram realizadas com 15 produtores integrados, entre janeiro e junho de 2017. No transcorrer da pesquisa, preferimos manter o anonimato dos informantes.

estes formaram espaços de reivindicação, pois o controle das tabelas e a pouca transparência dificultavam estabelecer os fatores de responsabilidade do produtor e os de responsabilidade da integradora. Embora possamos falar do espaço de negociação individual, é importante mencionar que, geralmente, a integradora formula contratos por meio de cláusulas específicas para cada integrado. Desse modo, o contrato pode ser quebrado a qualquer momento.

Nas entrevistas, ficou registrado que os relatos são de produtores que acompanharam as mudanças tecnológicas no setor. A partir da década de 2000, as granjas passaram a receber água e ração por equipamentos automatizados, além de fornalhas para manter o aquecimento dos animais e novos sistemas de controle de temperatura. Dessa forma, o trabalho parece ser esvaziado, significando tempo para cuidar dos animais de propriedade do frigorífico. Entretanto o trabalho necessário foi ampliado sobremaneira pela extensão das jornadas de trabalho, adentrando noites e fins de semana. Entre as décadas de 1980 e 1990, os produtores relataram que era mais fácil trabalhar com a atividade, pois não havia muitas exigências e os valores recebidos eram considerados melhores. Mas, desde aquele período, relatam o trabalho de “sobrevivo”, ou seja, o produtor não poderia se afastar da granja sob nenhuma condição, pois os animais necessitavam de vigilância e os equipamentos poderiam parar de funcionar a qualquer momento.

Característica importante é o avanço tecnológico por intermédio da substituição de equipamentos, acompanhando maior controle nos processos de trabalho. Por isso, toda tecnologia ou ferramenta de trabalho tem custos muitas vezes incompatíveis com a remuneração recebida.

[Na década de 1990] Era tudo aviário convencional. Aí surgiu aquele sistema de fazer túnel [de ar]. [A] CEVAL começou a montar, podia alojar mais pintinho. A gente alojava 14 [mil], com sistema túnel dava pra botar até 16 mil pintinhos no mesmo galpão; mais frango por metro quadrado. Quando ela começou a fazer os primeiros, eles vieram aqui e cismaram. O técnico [...] cismou de fazer um aqui com nós. Aí ele mostrou: “se você fazer assim, você tem um ganho de tanto aqui, a empresa paga tanto em cima do lote a mais”. Aí tinha que botar não sei quantos ventiladores a mais, bicos de nebulização, uma coisa e outra, cortina boa tinha que ter. Assim a gente, pensando na época, fizemos as contas, era viável. Tá, a gente fez em um galpão, fez forração nova e tudo, botou cortina. Daí a gente fez uns par de lote e o rendimento, tu via que tinha um rendimento. Aí, falando com o técnico, eu disse: “eu quero fazer na outra granja também esse sistema túnel”. Mas isso até ficar pronto levou uma coisa de um ano, a gente fez não sei quanto lote no primeiro galpão, que tinha feito o sistema túnel. Daí quando ficou pronto outro galpão que a gente alojou o sistema túnel, a empresa não pagou mais, caiu aquilo ali, não tinha mais aquela bonificação. (Entrevista 9, HOMEM, 2017).

A Ceval/Hering adquiriu a AgroEliane no ano de 1995 e fechou o frigorífico dedicado ao abate de suínos em Forquilha, que passou a ficar sob a marca da Seara. Daí a unidade de produção passou pelo controle da Bunge, em 1998, da Cargill, em 2005, e da Marfrig, em 2009. Desse modo, a citação traduz o problema de os frigoríficos estimularem melhorias, aumentando a produtividade dos fatores de sua propriedade, tendo em vista o fato de a integradora estimular uma concorrência virtual entre os produtores, que esperavam ter seu “esforço” de trabalho mais bem remunerado. De vez em quando, uma cláusula no contrato com tempo determinado de validade servia de atrativo, porém era obrigação geralmente, senão o criador deixava de receber animais da integradora, perdendo o investimento realizado na granja e a própria “profissão”. Portanto destacamos, por meio do relato, a resistência dos produtores integrados, não contra a inovação tecnológica, mas sim contra a dominação dos frigoríficos.

Com a construção do frigorífico em Nova Veneza, granjas consideradas “improdutivas” receberam novamente animais. A mesma situação ocorreu com a construção da unidade de abate no município de Morro Grande. Para os avicultores, tratava-se de uma estratégia de deslocamento entre os grupos econômicos, buscando melhor remuneração pelo trabalho ou mesmo permanecendo mais um tempo na atividade. Nessa linha, a datar da segunda metade da década de 1990, ocorreu o aumento das exigências para receber animais, tendo sido atenuada a relação entre custo de investimento e valor recebido. A tecnologia empregada nas granjas foi melhorada, fato que ampliou a quantidade de investimentos nas granjas, em 2012, os quais chegaram a um valor entre 350 e 800 mil reais. Além disso, por ser uma necessidade do mercado de produtos avícolas, os grupos econômicos atuaram nesse espaço e com poder de jogar com a atribuição de solicitar melhorias. Esse foi um dos motivos que implicou o endividamento dos produtores na região, ou seja, mesmo uma granja moderna trabalha com uma margem muito pequena.

No entanto grupos econômicos tiveram diferentes políticas de atuação com seus integrados, embora existissem queixas dos produtores com quem conversamos. Assim, a unidade de Forquilha se manteve mais impessoal, adquirindo o comportamento do grupo econômico a que pertencia. No frigorífico de Nova Veneza, o grupo econômico estava mais próximo dos produtores, realizando festas no fim de ano e distribuindo “prêmios”. Desse modo, os frigoríficos médios trataram dos problemas cotidianos de forma mais “amistosa” e a partir do diálogo. Também é interessante observar a autorrepresentação dos produtores que cresceram junto da integradora, participando do processo de expansão da avicultura no sul catarinense. Vale destacar que a integração é uma relação entre capital e trabalho, no sentido atribuído por Marx (2013), e que nos momentos de crise surgem os problemas estruturais subsumidos no transcorrer de seu desdobramento.

3 O MOVIMENTO ORGANIZADO DE AVICULTORES INTEGRADOS NO SUL CATARINENSE (2010-2016)

No ano de 2012, a crise atingiu os frigoríficos de médio porte em Santa Catarina. Por conseguinte, a JBS adquiriu a Agrovêneto e induziu aluguel à empresa Tramonto. Grosso modo, a crise derivou da alta do preço do milho no mercado nacional. A JBS, no processo de expansão, assumiu o controle da Seara, tornando-se a segunda maior empresa de processamento de aves no País. A Agrovêneto chegou a exportar 70% de sua produção no ano de 2007, e a Tramonto adquiriu licença para operar no mercado externo. A unidade de Forquilha exporta a maior parte de sua produção. No Brasil, a expansão da transnacional JBS está envolta em uma série de fatos ainda em trâmite, mas para este trabalho importa a chegada da empresa na região, uma vez que ela buscava implementar corte dos direitos dos trabalhadores nos frigoríficos e reduzir as rendas dos produtores integrados.

A datar da chegada da JBS, a condição ruim dos avicultores integrados piorou sobremaneira. Assim, a integradora redigiu novos contratos de forma unilateral, alterou o processo de trabalho e excluiu avicultores da atividade. Em outras palavras, a integradora estava em posição favorável de selecionar produtores alinhados com suas estratégias, sendo assim, enquanto excluía produtores, abria novas vagas para a construção e a ampliação de granjas. Desse modo, a integradora impôs a solução para o endividamento de 120 avicultores integrados no ano de 2014. A saída dos

produtores diante do monopólio produzido pela JBS foi mobilizar e resistir à truculência do capital. A Associação dos Avicultores do Sul Catarinense (AVISUL), oficializada em agosto de 2013, foi a terceira mobilização coletiva dos avicultores nos municípios, pois duas tentativas anteriores foram desarticuladas pelo poder do patronato dos frigoríficos. Segundo consta no relato da terceira reunião da associação, que aconteceu em setembro de 2013,

[Um produtor] do município de Treviso [...] relatou que houve sete desligamentos em uma semana neste município; ele faz parte de um deste; num desabafo conta que a empresa alguns meses atrás pediu para investir para ter uma capacidade maior de alojamentos por números de cabeça de frango, e isto ele fez, para depois de um mês ser avisado do desligamento. (AVISUL, 2013a).

Nessa linha, surgem várias denúncias sobre as arbitrariedades praticadas pela integradora. Como os contratos são de tempo indeterminado, a adesão voluntária nada garante ao produtor continuar recebendo animais, mesmo se fizer o investimento exigido pela integradora. De fato, as exigências de adequação se somaram à obsolescência dos equipamentos e sistemas de produção por critério do frigorífico, e não devido à depreciação natural. Nas situações de dívidas, a integradora informou que não tinha nenhuma responsabilidade com o financiamento realizado para melhorar e ampliar a produção de aves das suas linhas de produção. Entre 2013 e 2014, mais de 20 avicultores integrados foram excluídos definitivamente da atividade, que era sua principal ou secundária fonte de renda. Assim, foram excluídos proprietários que estavam próximo da aposentadoria ou mesmo jovens casais com filhos pequenos. No transcorrer da luta, a estratégia dos integrados foi se mobilizarem rápido para reduzir a retaliação aos membros. Já a integradora usou da repressão contra os produtores integrados durante os protestos e espaços de luta abertos pelo movimento organizado.

A repressão praticada pela JBS consiste na exclusão definitiva do avicultor e na ampliação do intervalo entre os lotes. Em outras palavras, uma granja é viável com 6 lotes por ano, não podendo exceder um intervalo maior que 15 dias. Entretanto membros da AVISUL ficaram vários meses sem receber animais. Além disso, a granja é um investimento de longo prazo, que precisa de garantias para a construção, porém a JBS afirmava que não abandonaria sua prerrogativa de quebrar contratos com os produtores integrados. Ao consultarmos o rol de reivindicações dos avicultores, encontramos vários fatores que explicam melhor as dimensões da atividade integrada (AVISUL, 2013b). No fazer-se associação, impressiona saber que denunciavam a viabilidade econômica do empreendimento, ou seja, pelos investimentos necessários em 2014, a atividade não cobriu nem mesmo o custo da produção agrícola. Por meio de trabalhos científicos, a associação calculou detalhadamente os valores de investimento e receita para a operação de aviários convencional, climatizado e Dark House (UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE, 2014).

Esse estudo abrangente sobre o empreendimento sob a responsabilidade dos integrados não foi considerado pela integradora, nem o custo de produção realizado pelos avicultores e sua associação. Além disso, foi denunciado que estavam desde 2007 sem nenhum reajuste, por isso os produtores tiveram de tirar dinheiro de outra fonte de renda para pagar as despesas com a granja. Também questionaram rever práticas na relação de produção, melhor transparência nas informações e reajustes dos valores recebidos pelo trabalho exercido. Exemplo: pediram que o produtor e sua associação tivessem acesso à pesagem das rações e dos animais e que as balanças fossem averiguadas por instituições certificadas, pois a não transparência de informações permitia à integradora subestimar aspectos produtivos. A falta de informação a respeito dos riscos que

poderiam envolver o trabalho com animais vivos foi questionada. Assim, a integradora pagou ao funcionário que visitou as propriedades avícolas uma remuneração por insalubridade. Quanto aos produtores, estes não receberam informações a respeito dos riscos biológicos aos quais estavam expostos no cotidiano.

Nesse sentido, após uma crise, que na região teve como efeito a suspensão do abastecimento de ração aos animais, percebe-se a situação desfavorável descrita como “uma prisão de portas abertas”. O problema, hoje, é maior que questionar preços e refinanciamento de dívidas; além disso, no centro da questão está a construção de espaço coletivo para questionar o poder concentrado nas mãos da integradora. Desse modo, a AVISUL, desde 2013, luta para trazer à região um grupo econômico concorrente, dando preferência para cooperativas. Essa é uma saída que vislumbra contornar o monopólio exercido pela JBS, ainda que a concentração tenha sido denunciada no Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (CADE).

De acordo com relatos feitos nas primeiras reuniões da AVISUL, fica evidente o esforço dos avicultores para dialogar com a integradora, pois a JBS pretendia ignorar a negociação coletiva. Na audiência pública realizada pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) no mês de setembro de 2013, para discutir a crise na avicultura, lemos a seguinte fala do presidente da AVISUL:

Nós queremos juntar testemunha disso e abrir processo contra essas pessoas, porque isso é lamentável. Essas pessoas que vêm fazer esse tipo de conversa com os produtores... Nós já estamos no terceiro milênio, minha gente! O tempo da escravidão já passou, mas parece que ainda não! Nós somos escravos dessas pessoas, reféns das dívidas de banco. (SANTA CATARINA, 2013).

De fato, a realidade é contraditória, porque, no argumento de que a exportação ia de vento em popa, os produtores “pediam socorro”. Sabemos, pelo desenrolar do processo, que o problema atingiu várias regiões do Estado e que não foi apenas a JBS que postergou a solução do problema. Na audiência pública realizada no município de Nova Veneza, a instituição que representava os frigoríficos não estava presente. E qual o motivo? Simplesmente o setor tinha consciência do seu poder econômico e aceitava a mediação do Estado quando era para proporcionar crédito, infraestrutura e política agrícola favorável à expansão da atividade agroindustrial. Consequentemente, os produtores da região tentaram refinar dívidas, porém obtiveram dos representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) o argumento de que não adiantava refinar, pois, como a receita era pequena, o problema retornaria. Do mesmo modo, os avicultores foram buscar suporte no Ministério Público do Trabalho (MPT) e na Defensoria Pública para imputar responsabilidades aos agentes econômicos.

Por que os avicultores não se organizaram antes? Isso resultou da formação da estrutura sindical rural, tanto dos sindicatos rurais quanto dos trabalhadores rurais. As bases sociais são pouco mobilizadas, e uma questão específica como a integração dificulta reivindicar interesses em comum. À vista disso, os avicultores buscaram somar forças com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Criciúma e Região (SINTIACR), que naquele momento estava iniciando sua luta pela manutenção dos direitos conquistados pelos trabalhadores nos frigoríficos. O par institucional dos avicultores integrados consistia nos cargos eletivos municipais e nas instituições públicas instaladas regionalmente. A esse respeito, a atuação dos prefeitos foi ambígua. Embora a avicultura tenha importância para a agricultura dos municípios, alguns apoiaram a luta com entusiasmo, outros nem tanto. Apesar do enraizamento do capital, os cargos

eletivos se depararam com sua base de eleitores. Importante mencionar um caldo de cultura política que explicaria melhor o desdobramento da luta dos avicultores integrados.

No trâmite da luta, o período de maior mobilização dos avicultores integrados ocorreu no mês de agosto de 2013 até a paralisação do abate de frangos, entre 25 e 26 de abril de 2014. Naquele momento, a associação contava com 30% de associados, em um total de 780 produtores dedicados à cria, recria e engorda de aves. Em outras palavras, apesar dos problemas, o movimento organizado conseguiu mobilizar produtores em mais de 20 municípios, em um processo que conscientizou a população sobre os problemas vividos pelos produtores de frango. Assim dizia um cartaz usado nos protestos: “NÓS SOMOS ‘DEMITIDOS DA ATIVIDADE’ NÃO TEMOS SEGURO DESEMPREGO, [sic] NENHUMA GARANTIA DE SOBREVIVÊNCIA. QUE JUSTIÇA SOCIAL É ESTA QUE TANTO APREGOAM?” (AVISUL, 2013c). Enquanto a associação lutava por espaço para negociar com a integradora, esta afirmou que o movimento organizado não tinha nenhuma legitimidade e não representava os interesses dos produtores na região. Por intermédio da força dos produtores mobilizados, ocorreram duas reuniões com a JBS ainda em 2013. O desfecho foi nenhum acordo entre as partes, e a JBS fechou o diálogo na reunião do dia 22 de novembro de 2013.

A nova rodada de debate foi resultado de protestos organizados entre janeiro e fevereiro de 2014, em parceria com o SINTIACR. Sabemos, por meio das atas das reuniões e das assembleias da AVISUL, que concretamente a JBS não tinha interesse em se comprometer com as reivindicações dos produtores integrados. No dia 6 de maio de 2014, data da reunião entre representantes da empresa AVISUL e prefeitos, a JBS alegou que participava da reunião apenas pelo convite dos prefeitos, pois desconsiderava a possibilidade de dialogar diretamente com a associação. Nessa reunião, foi decidido que os valores dos lotes seriam acompanhados e que em um próximo momento haveria confronto de dados na presença do representante dos avicultores, da integradora e dos prefeitos. Entre os produtores, esse intervalo é conhecido como período de “trégua”.

A reunião não aconteceu na data prevista, mas sim em fevereiro de 2015, com a presença dos representantes das associações de municípios. Ao terminar o mês de maio, a integradora fechou qualquer espaço de diálogo coletivo, obstruindo o contraditório. Em outras palavras, interessava para a integradora debater somente problemas técnicos, e não a relação social de trabalho. Assim, apesar de a JBS travar um diálogo, avicultores e AVISUL continuaram buscando amparar a situação desfavorável por meio de estudos técnicos a respeito da onerosidade excessiva voltada aos produtores integrados. De acordo com as denúncias, ficou evidente a subordinação assegurada pelo exercício de poder econômico do frigorífico. De fato, a estrutura de poder materializada pelo funcionamento da integração deu aos frigoríficos o controle em relação às propriedades rurais e aos ritmos de trabalho. Outro fator foi a flexibilização da relação social, que sobrecarregou o trabalho realizado nas propriedades rurais vinculadas às linhas de produção dos frigoríficos.

Os trabalhadores nos frigoríficos organizados no SINTIACR também vivenciaram conflitos econômicos com a JBS a partir de 2013. A transnacional propôs cortar planos de saúde conquistados nas plantas industriais da região e transferir mais dividendos para os proprietários da *holding*. O setor é conhecido no País pela alta taxa de adoecimento dos trabalhadores nas plantas industriais, além das terceirizações, que retiram direitos dos trabalhadores. O momento mais importante para o SINTIACR foi a greve de 14 a 23 de dezembro de 2014, que paralisou as

atividades nos frigoríficos de Forquilha e Nova Veneza. Segundo o presidente do sindicato, a JBS decidiu enfrentar a paralisação enviando animais para abater a 800 km de distância do frigorífico. O desfecho da greve se deu com a retomada das atividades mesmo sem acordo, mas seu objetivo foi alcançado um ano depois, por meio da articulação em nível nacional com sua confederação. Consequentemente, a Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação (CONTAC/CUT) assinou um acordo específico para unidades de abate de frango no Brasil, e a JBS substituiu a truculência pelo diálogo no sul catarinense.

Em razão disso, os avicultores e sua associação buscaram ampliar as esferas de luta a partir da articulação com entidades congêneres no âmbito estadual e federal. Eles participaram da fundação da Associação Brasileira dos Avicultores Integrados (ABAI), que congrega avicultores integrados de mais de oito estados do Brasil. Referida associação tem mais proximidade com a patronal Confederação Nacional da Agricultura (CNA), embora tenha efeito de passar direto pela estrutura sindical oficializada, ou seja, do tradicional sindicato por municípios e uma federação por estado. A ABAI procura tornar a atividade mais equânime, tendo na sua base social empresários rurais e produtores familiares. Assim, a CNA, por intermédio de suas comissões de aves e suínos, tem respondido às demandas dos produtores integrados, como o auxílio jurídico, além de denunciar o não cumprimento pelas integradoras a respeito da Lei n. 13.288/2016.

Ainda que a JBS não aceitasse a mediação coletiva, a associação fez o que era possível, como acompanhar os custos de produção e realocar os produtores excluídos definitivamente da atividade. Se a situação estava ruim, ela foi se tornando pior à medida que ocorreram mais exclusões de granjas entre 2014 e 2016. Em 2017, a unidade de Morro Grande foi fechada, sendo mais de 120 avicultores excluídos da atividade. O fechamento do frigorífico deixou um buraco nas contas do município de Morro Grande, pois mais de 500 trabalhadores foram demitidos dos frigoríficos. Enfim, conforme uma expressão bem conhecida, ruim com a integradora, pior sem ela. Isso é válido não apenas para os produtores integrados como também para a economia dos municípios, os quais têm na avicultura integrada uma importante fonte de dividendos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na demarcação do tempo, este trabalho em história foi desenvolvido a partir de eventos em movimento, ou seja, inconclusos. Desse modo, nossa condição de observador e a peculiaridade do movimento organizado apresentam uma dificuldade intrínseca para realizar o conhecimento histórico. Faltam informações complementares para mapear as cadeias de acumulação de capital, além dos desdobramentos das lutas econômicas e jurídicas com as integradoras. Apesar de mencionarmos o trabalho nos frigoríficos, falta-nos compreender melhor os seus trabalhadores, além da trajetória do sindicato que os representa. Nessa linha, várias atividades terceirizadas são realizadas em torno das plantas industriais, sendo o trabalho mais precário aquele realizado pelo trabalhador que recolhe os animais do frigorífico.

A empreitada futura exige aprofundar a compreensão do trabalho contido nas mercadorias; para isso, categorias clássicas precisam ser problematizadas. A mais interessante é a demarcação entre capitalista e operário. Mesmo uma categoria intermediária entre as duas tem problemas na argumentação. Em outras palavras, os integrados não são operários no sentido clássico, e a condição de proprietário pouco os transforma em uma burguesia rural. Essa condição material é mais bem explicada pelas estratégias de reprodução enquanto classe social, historicamente

determinada. Exemplo: o empresário que tem granjas se reproduz enquanto tal, assim como a produção familiar na agricultura ou a agricultura familiar abrange uma organização de trabalho diferenciada, em que ele é exercido pela família proprietária das granjas.

Por fim, só uma leitura atenta ao poder pode elucidar o processo histórico. Desse modo, a relação entre história e economia política é plausível para tratar dos mundos do trabalho. Ainda que as trajetórias de homens e mulheres não sejam subsumidas em um emaranhado de categorias econômicas, o processo histórico é determinado pela contrariedade real observada na vida material e na cultura, em que o termo médio experiência se faz necessário (THOMPSON, 1981).

REFERÊNCIAS

SANTA CATARINA (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Comissão de Agricultura e Política Rural. *Debater os problemas da avicultura de Santa Catarina*. 3ª Sessão Legislativa, da 17ª Legislatura. Florianópolis, 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE [AVISUL]. *Ata da 3ª Reunião da diretoria executiva da associação dos avicultores do Sul Catarinense*. Urussanga: AVISUL, 2013a.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE [AVISUL]. *Pauta de reivindicações elencadas em assembleia geral*. Urussanga: AVISUL, 2013b.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE [AVISUL]. *Cartazes audiência*. Lauro Muller: AVISUL, 2013c.

BRASIL. Lei n. 13.288, de 16 de maio de 2016. Dispõe sobre os contratos de integração, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 17 maio 2016, Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13288.htm. Acesso em: 29 maio 2016.

BRASIL. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 de novembro de 1964. Retificado em 17 de dezembro de 1964, e em 6 de abril de 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm. Acesso em: 29 maio 2016.

CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA. *Síntese anual da agricultura de Santa Catarina (2014-2015)*. Florianópolis: Epagri/CEPA, 2015. Disponível em: http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepapublicacoes/Sintese_2015.pdf. Acesso em: 16 dez. 2017.

DALLA COSTA, Armando J. *A Sadia e a produção integrada: o lugar do agricultor no complexo agroindustrial*. Orientador: Lando Rogério Kroetz. 1993. 254 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 1993.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: Ipea, 2005, p. 51-90.

GRAZIANO DA SILVA, José. *Tecnologia e agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sidra - Banco de Tabelas Estatísticas*, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>. Acesso em: 10 out. 2017.

MAMIGONIAN, Armen. Indústria. In: GABINETE DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. *Atlas de Santa Catarina*. Florianópolis: GAPLAN, 1986, p. 104-6.

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIOR, Luiz C. *Empresas agroalimentares, produção agrícola familiar e competitividade no complexo carnes de Santa Catarina*. Orientador: John Wilkinson. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 1992.

PAULILO, Maria I. S. *Produtor e agroindústria - consensos e dissensos: o caso de Santa Catarina*. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, 1990.

PAULILO, Maria I. S. *A integração no Sul do Estado de Santa Catarina*. Orientador: Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho. 1987. 312 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 1987.

SCHMIDT, Vanice D. B. Agroindústria em Santa Catarina: da integração à inclusão social. In: PAULILO, Maria I. S.; SCHMIDT, Wilson (Org.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 2003, p. 265-86.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE. Parque Científico e Tecnológico. *Relatório de pesquisa para viabilidade econômica para implantação de uma granja avicultora – sistema convencional*. Criciúma: Instituto de Pesquisa Socioeconômica Aplicada, 2014.

WILKINSON, John. *Agroindústria: Articulação com os mercados e capacidade de integração sócio-econômica da produção familiar*. [S.l.]: Comissão Econômica para América Latina e Caribe, 1994.

Sobre os autores:

Gilvani Mazzucco Jung: Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Membro do Grupo de Pesquisa “História Econômica e Social de Santa Catarina”. **E-mail:** gilvanimj@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-4158-6450>.

João Henrique Zanelatto: Pós-doutor e doutor em História. Professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico na Universidade do Extremo Sul Catarinense. Líder do Grupo de pesquisa “História Econômica e Social de Santa Catarina”. **E-mail:** jhz@unescc.net, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-1754-1001>

